

A REINTEGRAÇÃO GALEGO-PORTUGUESA.

(1980)

[Trechos de conferência pronunciada em sessão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro.]

Como de outras vezes, no meu caso, o título desta palestra é assustador, e o assunto parece desafinar por completo do tom dominante das conferências que semanalmente aqui se fazem e que em geral versam temas diretamente ligados à Confederação Nacional do Comércio, como Economia, Finanças, produção, mercado nacional e internacional, empresariado, quando não, já mais longe, matérias de cultura geral como História da Civilização e História do Brasil.

Tenho, no entanto, esperança de que, no desenvolvimento da minha arenga, os meus ilustres pares venham a ter algum interesse na matéria e, assim, não darão por de todo mal empregado o tempo aqui gasto, nem terão suas paciências por demais postas à prova.

Tempos atrás, nosso ilustre companheiro Artur César Ferreira Reis ocupou-se de um desses assuntos, por assim dizer marginais, e foi bem acolhido, embora tratando de um objeto não ligado à sua estrita especialidade.

Versou ele, com desembaraço e bom senso, aquilo a que se tem chamado política da língua, defendendo a tese de que é de desejar que, a todo preço, se conserve o idioma português nas ex-províncias ultramarinas de Portugal - Guiné, Cabo Verde, Angola e Moçambique, para que se mantenha alto o número de falantes da língua portuguesa, o que contribuirá para lhe dar maior prestígio internacional e, eventualmente, direito a uso nas assembléias multinacionais.

O de que vou tratar está na mesma linha.

Nesta altura, tenho para mim que o número de falantes de português se aproxima de 150.000.000, o que nos coloca, se não me engano, em sétimo lugar no mundo, - com uma vantagem, porém, a da impressionante unidade.

O chinês não constitui uma única língua, como geralmente se cuida, mas pelo menos duas, e os habitantes do país se entendem, de extremo a extremo, por causa do sistema de escrita, o ideograma, que permite a quem conheça os sinais ler qualquer texto em sua própria língua, exatamente porque não se trata de alfabeto fonético ou silábico, nem mesmo de sistema hieroglífico.

Vou dar notícia a este Conselho e, através da *Carta Mensal*, a quem interessar possa - de um movimento que toma corpo na Galiza, e cada dia mais se avoluma - o de se reintegrar a língua galega na língua portuguesa, o que, tomado realidade, aumentaria ainda mais o número de falantes do nosso idioma.

Para que se tenha uma idéia bem fundada do que isso seja e do que representa, necessário se torna um excuro histórico, abrangente daquilo que se denomina história externa das línguas.

Todos sabem, talvez desde o curso primário, e ressabem, através da escolaridade posterior e das multifárias leituras, que o português, como o espanhol, o italiano, o francês, o romeno, o occitânico, o rético, o extinto dalmático, o catalão *et similia* provêm do latim.

A expressão é cômoda, mas não corresponde à justa com a realidade histórica. Melhor e mais certo é dizer que essas diversas línguas são o latim nas suas variadas formas atuais. Porque, na verdade, nunca houve um momento, uma decisão, um decreto ou uma proclamação, em que os diversos povos da antiga România tenham deliberado criar uma língua nova. Falavam latim, e continuaram a falá-lo, dia por dia, hora por hora, minuto por minuto, segundo por segundo, ininterruptamente até hoje. O que houve é que, a partir de certa época, nas diferentes regiões, o latim se foi alterando, de tal modo que aquela gente que se entendia, de uma ponta à outra do Império Romano do Ocidente, passou progressivamente a não se entender, quando alguém se deslocava para um sítio mais distante.

Isto se terá dado sobretudo depois da invasão dos bárbaros, que, falando diversos dialetos ou línguas germânicas, vieram a adotar o latim como língua sua.

Tê-lo-ão falado com sotaque, diferente de povo para povo, sotaque resultante do involuntário transporte, para a nova língua, de hábitos articulatórios próprios. Mais ou menos como acontece hoje em dia, quando um alemão, um francês, um sírio ou um japonês imigrante fala o português. Cada um dá à língua-segunda uma execução diferente.

Mas a situação teria sido diversa no caso da adoção do latim. Porque no exemplo dado, do nosso imigrante, os filhos já perdem os defeitos de aquisição contraídos pelos pais, em razão de estarem num meio lingüístico homogêneo.

No caso remoto do latim vulgar (como geralmente se designa o latim coloquial), os defeitos iniciais de aquisição tenderam a permanecer, ao menos alguns, por ser heterogêneo o meio lingüístico. Chama-se a isto, ação da língua C sobre a língua B, agora adotada, influência de superstrato, que correrá parêlas com a influência de substrato, que seriam impregnações da língua A na língua B, adotada.

Com a expansão do Império, muitas províncias foram anexadas e depois romanizadas. Isto é, diversos povos de línguas e culturas diferentes passaram a falar latim e provavelmente terão transposto para o novo idioma, no caso o B, hábitos lingüísticos seus, alguns dos quais terão persistido. E esta seria uma das causas da dialeção do latim vulgar imperial.

Esta teoria do *substrato* teve grande voga, mas ultimamente tem sido contestada por lingüistas de valor.

Eu, porém, modestamente aceito, em termos, a influência de substrato, comparando o caso com o que atualmente ocorre em qualquer aquisição de língua-segunda.

Mas, ainda admitindo prudentemente a influência de substrato, temos de distingui-la, no caso do latim, da influência de superstrato, - porque no primeiro caso atuaram os fatores, extralingüísticos, de unificação: a escola, a unidade cultural, o poder político, a ação das elites, as tendências de imitação e de seleção por parte das camadas inferiores.

Resumindo, pois, diríamos que o latim, expandindo-se, teria sofrido multifárias influências de substrato das diversas línguas A, influências depois atenuadas pela ação das forças unificadoras.

A situação no III e IV séculos seria algo semelhante à do Brasil de hoje: uma vasta região com impressionante unidade idiomática, porém com colorações locais: um cearense, por exemplo, não fala como um carioca nato e filho de cariocas, embora se entendam ambos perfeitamente. Admito, como disse, sensível unidade no latim falado no fim da época imperial.

Mas, com a invasão dos bárbaros, nova adoção do latim, agora com influências de superstrato, a língua de Roma ficou entregue à sua própria sorte, desaparecidos os elementos frenadores e unificadores.

Como se sabe, a tendência natural das línguas é para a diferenciação.

Teremos então, depois dos bárbaros, um latim progressivamente diversificado nas múltiplas regiões. Entramos agora na fase dita *românica*, em que, nos vários pontos do antigo Império do Ocidente, se falavam modalidades do latim chamadas *romances* ou *romanços*, cujos falantes já não se entenderiam entre si, ao menos de uma região para outra mais longínqua.

No latim hispânico, isto é, da Península Ibérica, se terão formado vários romances, cujos falantes depois sofreram a ação do rolo compressor dos mouros, invasores e conquistadores da terra, a partir do século VIII, em 711.

Os remanescentes dos vencidos se acastelaram nas estratégicas montanhas das Astúrias, de onde partiu o movimento da Reconquista, concluído em 1492, com a queda de Granada, último bastião mouro.

Formaram-se, então, três grupos de romances, bastante diferenciados, um ao centro, outro a nordeste e outro a noroeste, cuja continuação histórica são, respectivamente, o castelhano, o catalão e o galego-português, além de outros menores, como o aragonês e o lionês.

Esse romance galego-português é que, adquirindo fisionomia mais nítida, veio a dar a nossa língua, esta em que me dirijo a meus ouvintes e leitores.

A região noroeste, onde ela se formou, foi habitada pelos bárbaros suevos, e bem pode ser que esteja aí um dos fatores diferenciadores entre o atual espanhol e o português.

Entre o tempo em que o latim deixou de ser língua literária e o aparecimento dos primeiros escritos em línguas modernas, chamadas neolatinas, novilatinas ou românicas, escreviam-se os documentos jurídicos num latim muito maltratado gramaticalmente, chamado latim *bárbaro*, que, a partir de certo momento deixa filtrar palavras do romance ou língua local.

Estas palavras e, mais tarde, frases que, “perfuram”, por assim dizer, os textos latino-bárbaros, constituem documentação indireta das línguas românicas, que estão, então, na fase proto-histórica.

No caso do galego-português, os documentos mais antigos que deixam escapar palavras locais datam do século IX.

Podemos, pois, afirmar que já neste século estava formado, em estado embrionário o nosso idioma. Para exemplificar, um pequeno trecho de uma escritura de doação, cujo manuscrito foi encontrado no mosteiro da Pendurada, Minho, e é do ano de 874:

“Et qui minima fecerit, et istum placitum excesserit, pariet parte *de que isto* placito obseruauerit X boues” etc.

Está claro que, neste tópico, “de que isto” é galego-português e não latim. Escapou ao escrivão, que ou se distraiu ou não sabia como dizê-lo na língua tabeliônica, e então o pôs na feição cotidiana de seu falar. E assim nos mostrou que já estava constituída a nossa língua.

A princípio, pois, temos uma mesma língua, formada no noroeste da Península Ibérica, na região hoje compreendida pelo Minho, por Trás-os-Montes, em Portugal, e a Galiza, na Espanha.

Começam a aparecer textos inteiramente escritos em vernáculo no século XIII e daí, ininterruptamente, até nossos dias. Este período, a que chamamos *histórico* de nossa língua, divide-se em duas fases nitidamente distintas, a *arcaica* e a *moderna*, cuja linha divisória costume, simbolicamente, colocar no ano de 1536, data da morte ou silêncio de Gil Vicente e do aparecimento da primeira gramática, de Fernão d’Oliveira.

[.....]

Nos primeiros tempos, como se disse, galego e português não se distinguiam, eram a mesma língua, e língua prestigiosa pela maleabilidade e pela sonoridade, de tal modo que um castelhano ilustre como o rei D. Afonso X, cognominado o Sábio (1221-1284), preferiu escrever em galego-português seus poemas, as famosas *Cantigas de Santa Maria* (em honra de Nossa Senhora).

[.....]

No século XII, D. Afonso Henriques proclama a independência do Condado Portucalense, fundando Portugal e separando-o, politicamente, da Galiza, que continuou ligada a Castela.

O Fundador tratou de expandir seus domínios, que, aliás, pela destinação inicial, feita por D. Afonso VI de Castela a D. Henrique de Borgonha, deviam ir até o rio Tejo. Porém, grande parte do território estava em poder dos mouros. Combatendo e vencendo os infiéis, D. Afonso Henriques chegou até Lisboa, onde tomou aos sarracenos o castelo de S. Jorge, que lá está, a servir de visita obrigatória aos turistas.

Os sucessores prosseguiram na Reconquista, chegando ao Algarve em 1250, firmando assim, nas grandes linhas, os limites do Portugal de hoje.

Nessa marcha para o sul, foram sendo absorvidos os dialetos moçárabicos assim chamadas as falas românicas conviventes, em posição de inferioridade, com a língua semita. Por seu turno, o galego-português de Aquém-Minho perdeu alguns de seus característicos nortenhos, e sofreu algumas evoluções fonéticas como, por exemplo a convergência em *-ão* dos finais de vocábulos em *-ō* e *ã*: razão não *amaram* (= *amárão*), *multidão*, *pão*, *cão*.

Nos fins do século XV começa a grande aventura marítima de Portugal, tão bem sintetizada nestes magníficos versos de Camões:

Não faltaram cristãos atrevimentos
Nesta pequena casa lusitana:
De África tem marítimos assentos,
É na Ásia mais que todas soberana,
Na quarta parte nova os campos ara,
E, se mais mundo houvera, lá chegara. (*Lus.*, VII, 14.)

Nesta expansão pelas quatro partes do mundo, a língua, ora por influência de substrato, ora por influência de adstrato, foi-se enriquecendo com palavras novas, provindas de línguas africanas, indianas, do persa, do japonês, do malaiala e, que nos interessa particularmente, aqui no Brasil, de vozes tupis e ameríndias, que andam por mais de 1.500, ainda assim excluindo-se os numerosíssimos topônimos.

Entretanto, a feição culta do idioma foi sendo praticada e apurada, até que o Poeta Máximo deu feição definitiva à língua, criando, por assim dizer o português moderno. Com efeito, depois de Camões, todos foram e todos somos camonianos.

Quanto ao galego-português transminhoto, foi ficando, cada vez mais, ilhado pelo castelhano, arvorado, como se sabe, em língua oficial da Espanha. Conservou o galego alguns traços arcaicos e ficou na situação de língua quase

que só falada e, ainda por cima, nas zonas campesinas, nas aldeias e pequenas vilas.

Assim, o que a princípio fora uma só língua acabou por se bifurcar em galego e português, este, evidentemente, com muito mais vitalidade, riqueza e vigor.

Eis porque, em linguagem técnica se diz que o galego é um co-dialeto do português.

No entanto, no século passado, a partir de 1828, os falantes de galego reagiram, trataram de apurar sua língua, deram-lhe foros de cidade, o que veio a propiciar que nela cantasse, em alta voz lírica, uma das grandes poetisas europeias do tempo, Rosalia de Castro. Poetou ela também em castelhano, mas seus *Follas Novas* e *Cantares Gallegos* talvez nos falem mais à alma, pela semelhança tão grande dos dois idiomas e pela identidade de sentimentos, que tem na famosa *saudade* sua mais típica expressão

Um galego ilustre, Manuel Murguía, assim se manifestou, num discurso nos Jogos Florais de Tuí, à margem do Minho, em 1891:

O primeiro, o noso idioma. O noso idioma!

O que falaron nosos pais... o que falan os aldeaos; aquel en que cantaron reis e trovadores; o que, fillo maior da pátria galega, nola conservou e conserva como um don da Providencia; o que ainda ten nos nosos lábios as dozuras eternas, e acentos que van ao corazón o formoso, o nobre idioma que do outro lado dese rio é língua oficial que serve a mais de vinte millions de homes e ten unha literatura representada polos nomes gloriosos de Camoens e Vieira, de Garrett e de Herculano; o galego, en fin, que é o que nos dá o direito á inteira posesión da terra en que fomos nados.

O renascimento galego recebeu grande impulso do trabalho de filólogos e gramáticos, que procuraram esclarecer bem a feição arcaica do idioma e tratar de disciplinar uma língua que, depois de longo uso puramente oral e socialmente inferior, volta a ter importância e significação literária e culta.

Significativa etapa desse esforço de intelectuais foi a criação da Real Academia Galega, em 1906.

Antes, a língua se achava, quase diria, bastante enfeudada ao castelhano, com uma grafia castelhanizada e com sensível oscilação de formas, em virtude de ser só falada.

Esse estado de coisas refletiu-se na feição literária, durante bastante tempo, e não desapareceu, até as modernas propostas de reintegração com o português.

[.....]

Mas há outros escritores e poetas que batem noutras teclas e decantam alegres as belezas, as famosas belezas da Galiza, o Minho da Espanha.

O crescente progresso do renascimento, seja nas letras, seja nas ciências da linguagem, levou altos espíritos galegos e até não galegos, a se darem conta de que a língua caíra num impasse, cuja solução mais racional e mais rica seria a reintegração na língua de além-Minho, com a qual já fora una, em tempos idos, pelo menos até o século XV.

Já dizia em 1891 Manuel Murias: “Podemos dizer com verdade que nunca, nunca, nunca pagaremos aos nossos irmãos de Portugal ... sobretudo que hajam feito do nosso galego um idioma nacional. Mais afortunado que o provençal - encerrado na sua comarca própria - não morrerá.”

Entre os integracionistas, enfileiram-se hoje homens como Ernesto Guerra da Cal, professor da Universidade de Nova Iorque e mundialmente famoso por seu trabalho sobre o estilo de Eça de Queirós, Pilar Vázquez Cuesta, professora da Universidade de Madri e autora de uma excelente gramática portuguesa para espanhóis, Valentin Paz-Andrade, Carlos Durán, Isaac Alonso Estravis, Higinio Martínez Esteves, Xosé-Luis Rodríguez e muitos outros, que seria longo e fastidioso enumerar, sem esquecer, em todo caso, Ricardo Carballo Calero, que vem, com pertinaz insistência, há anos, escrevendo sobre a reintegração a defendendo-a. Dentre os estrangeiros, cabe destacar duas conhecidas figuras da Linguística hispânica, Manuel Rodrigues Lapa, autor de vários livros, entre os quais interessa, para o caso, *Estudos Galego-Portugueses: por uma Galiza Renovada* (Lisboa, Sá da Costa Edit., 1979), e Joan Corominas, catalão (o maior etimologista da Península Ibérica com seu monumental *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*), que escreveu em *Grial*, nº 53, julho-setembro de 1976, um artigo “Sobre a Unificación Ortográfica Galego-Portuguesa”.

Valeria talvez a pena, antes de prosseguir, citar um testemunho valioso, por sua sinceridade, humildade e verdade, qualidades boas em si e que soam bem aos nossos ouvidos luso-brasileiros: “O seu idioma [dos portugueses] é o nosso, e tais são as suas afinidades, que em nada diverge do galego, pela sua estrutura, pela sua fonética, pela sua fraseologia, pelas suas desinências, etc.: só que os portugueses o civilizaram.” Estas palavras são de Francisco Tettamancy, escritas em 1904, antes, portanto, da fundação da Real Academia Galega.

Que eu conheça, a primeira proposta global concreta de reintegração, tocando nos diversos pontos (excluídas a sintaxe e a semântica, onde não há problemas) é o trabalho de Xosé-Martiño Montero Santalla, se não me engano, professor da Universidade de Santiago de Compostela: *Diretrizes Para a Reintegración Lingüística Galego-Portuguesa*, editado em Ferrol, Galiza, o ano passado.

Seria longo, fastidioso e, sobretudo, impertinente aqui dar notícia pormenorizada da proposta de Montero Santalla. Teria eu de entrar em minúcias de ortografia e de morfologia, de tal arte que o mínimo que me aconteceria era encontrar todos dormindo, até os mais resistentes e heróicos, ao dar por terminada minha parlenda.

Pretendo apenas fornecer uma idéia geral do projeto, de sua sensatez, de seu equilíbrio, da sua viabilidade e, portanto, deixar claro que se deu um passo largo para a reintegração, que será um benefício para os falantes de galego, mas que também a nós brasileiros e portugueses nos interessa, na linha, a que atrás me referi, daquilo a que se tem chamado política do idioma.

Montero Santalla quer ir por etapas, deixar correr o tempo, dar tempo ao tempo, para que este se encarregue de ultimar a obra da unificação.

Haverá um período mais ou menos longo, de duplicidade de formas, seja intralingüística, seja interlingüística.

A proposta ortográfica se resume nisto: afastar a grafia galega da castelhana e adotar a nossa grafia, com uma ou outra exceção, como, por exemplo no caso do artigo indefinido feminino e seus congêneres.

Infelizmente (ou felizmente) Montero Santalla não está a par da absurda dualidade ortográfica luso-brasileira, que já podia estar resolvida, se os governos do Brasil e de Portugal tivessem prestado atenção e ligado interesse à proposta concreta que um significativo grupo de professores universitários brasileiros e portugueses fizeram em Coimbra em 1967.

Proclama o nosso autor que “pelo menos em teoria, dois são fundamentalmente os caminhos que se oferecem ao idioma da Galiza, no que tange ao seu desenvolvimento interno: ou reintegrar-se em cheio no âmbito lingüístico originário (ou luso-brasileiro), ou constituir-se em língua independente do português”. Pouco adiante, assinala o perigo para a solução autonomista, que seria a desgaleguização do galego: “Além disso, dada a situação sócio-política da Galiza, o nosso isolamento lingüístico dos luso-brasileiros aumentaria a vulnerabilidade do galego ante o espanhol e agravaria o perigo de que se degrade a mero dialeto do castelhano, com o que viria a tornar-se ameaçada a própria sobrevivência do idioma.”

Acrescenta que “a reintegração lingüística galego-portuguesa que defendemos implicaria modificações na atual norma lingüística galega (aliás, ainda indeterminada em vários pontos): antes de mais nada exigiria uma reforma da ortografia e, em menor grau, afetaria também a norma morfológica.”

Adiante, previne, com senso de realidade e prudência: “Reconhecemos que a reintegração lingüística galego-portuguesa não poderá realizar-se de uma hora para outra, subitamente, de uma só vez. Especialmente no terreno

ortográfico, a reintegração terá de ser um processo gradual, que caminhe progressivamente, em fases sucessivas, desde os pontos fáceis até os mais difíceis.”

E segue-se a proposta concreta das etapas que vencer, enumerando-as e ordenando-as. Quanto à primeira etapa, observa que “simultaneamente se poderiam implantar todas as medidas relativas à morfologia, pois não implicariam outra dificuldade que não o aprendizado das formas normativas”.

Um ponto para que não acena o autor é a maior simplicidade do atual sistema fonológico do galego, em relação ao nosso, especialmente na feição portuguesa. Noutras palavras, não há nenhum fonema no galego atual (se bem interpreto a pronúncia do artigo indefinido feminino), não existe lá nenhum fonema que seja estranho ao nosso material sonoro. Pelo contrário temos ditongos nasais, que a língua de além-Minho desconhece.

Portanto, concretamente, é possível uma adaptação da escrita galega ao nosso sistema ortográfico. Não haverá, isto sim, em futuro previsível, uma perfeita conformação.

A morfologia, conquanto apresente algumas divergências, pode ir sendo planificada pela ação da escola e da nova língua escrita.

Em certos casos, trata-se de influência castelhana, como o gênero feminino de palavras como *leite*, *costume*, *nariz*, *sal*, *mel*, *sangue*, ou o masculino, de vocábulos como *árvore*, *cor*, *dor*, *cútis*, *ordem*. Noutros casos, como no das palavras ditas *estruturais* ou de *significação interna*, freqüentes vezes o galego se apresenta arcaizante, em relação ao português atual, como, por exemplo, *esto*, *esso*, *aquelo*, em vez de *isto*, *isso*, *aquilo*.

O verbo ainda apresenta o *-d-* intervocálico nas segundas pessoas do plural, como era no português antigo, e de que conservamos remanescentes em alguns verbos de infinitivo monossilábico, tais como *ver* ou *ir* - *vedes*, *ides*, ou nos verbos em que o antigo *-d-* estava precedido de nasal: *mantendes*, *contendes*, *compondes*, etc.

A proposta de Santalla, para este último caso concreto, é a manutenção da dualidade de formas (existentes nos falares locais), e a substituição das formas em *e-* dos demonstrativos neutros, para formas em *i-*, como no português de hoje.

Ainda se ouve na Galiza o indefinido *ren*, com valor de *nada*, que tem curso e que o nosso autor propõe que venha a ser a única forma aceitável.

No entanto, sugere que se mantenha o pronome neutro *todo*, igual a *tudo*, como era no português arcaico. Talvez, em razão da etimologia, uma vez que a nossa forma sobrevivente é de difícil explicação.

Quanto às preposições ou palavras preposicionadas, prefere o autor que o uso oficial e único do galego corresponda inteiramente com o do português. Por isso, escreve: “Qualquer variante distinta das formas relacionadas no parágrafo anterior será considerada incorreta; ... de *até*: *ate, ata, asta, astra*; de *contra*: *descontra, escontra*; de *desde*: *dende, dendes, dendesde, des*; de *entre*: *antre, ontre*; de *para*: *pa, pra*; de *sem*: *sin*; de *sob*: *so, su*; de *sobre*: *sóber, sober, sóbor, sobor*; de *segundo*: *assegún, assegundo, según*.”

Fiz esta citação, para mostrar a presença de variantes nas preposições galegas, tais como as há em português se considerarmos toda a área da língua e todos os estratos sociais e dialetais.

[.....]

Na sintaxe e no vocabulário não há diferenças sensíveis. Eu notaria apenas uma, que normalmente nos parece estranha, embora escape alguma vez da boca de um falso bem-falante. Trata-se da ênclise pronominal ao futuro do presente e ao futuro do pretérito (ainda chamado condicional por alguns retardatários: *usará-se, seguirá-se, empregará-se, considerará-se*, etc.

Lembra-me que uma vez, viajando num táxi em Portugal, o motorista, percebendo que eu não era um imbecil, mas talvez fosse um “senhor doutor”, passou a falar “difícil”. A certa altura, saiu-se com esta: “Eu, por sua vez, perguntaria-lhe”.

Se não me engano, já ouvi, lá também, um Ministro de Estado dizer na televisão *adotará-se*, ou coisa que o valha.

O léxico português é, naturalmente, mais rico do que o galego, não só porque a língua escrita tem uma tradição ininterrupta de oito séculos, mas também, porque, na sua expansão pelo mundo, foi anexando numerosas vozes de línguas várias, dos quatro cantos da terra.

Por outro lado, é menor o número de galicismos viciosos no galego, porque lá não houve a influência cultural francesa do século XVIII, que tanto arrepiou os nossos puristas.

Agora é a vez dos anglicismos, cada vez mais numerosos, inclusive na sintaxe, desvantagem de que também se forrou o galego, segundo penso.

E chegamos ao fim, para alívio dos meus ilustres pares. Tem-se aqui tratado de assuntos áridos, mas talvez ainda nenhum como este.

Mas a título de justificativa e de desculpa (talvez de mau pagador), repetirei o que no princípio disse: apesar de tudo, o que acabamos de, mentalmente bocejando, ouvir será um modesto parágrafo, interessante à cultura geral, qual seja o conhecimento de uma recente possibilidade de se aumentar

o número de falantes de português e, assim, aumentar-se a importância política do nosso idioma.

E, para mim, tem um sabor a mais: o reencontro de dois irmãos, que se separaram há cerca de seiscentos anos.

(In *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, n. 305, ago. 1980, pp. 33-44.)

O AUTOR E A INTEGRIDADE DOS SEUS TEXTOS.

Carta ao Chefe da Revisão do *Diário de Notícias* de Lisboa.

Lisboa, 25 de junho de 1973.

Excelentíssimo Senhor:

A razão desta é perguntar-lhe se lhe posso pedir um favor. Como sabe, venho colaborando no jornal semanalmente, aos domingos, há mais de três meses. E tem acontecido, com maior ou menor frequência, que os meus artigos saem alterados. Então, no caso de resposta afirmativa a minha pergunta, o favor seria este: interferir Vossa Excelência junto a quem de direito, para que deixem de modificar-me os textos. Não se trata, é claro, de acidentes tipográficos, de “gralhas”, porque isso é normal e, até, proporcionalmente são muito raros no *Diário*. O que há são modificações. Sei bem que a intenção é louvável, que o intuito é livrar o autor de sair à rua mal vestido, ostentando cacografias, barbarismos e solecismos. Mas, por infelicidade minha, as retificações que tenho sofrido não são desse gênero.

Permita-me Vossa Excelência dizer-lhe que ponho todo o empenho na elaboração das crônicas, na sua transliteração, e que quase sempre as torno a ler na hora mesma de expedi-las.

Muitas das alterações são opções por *uma* solução vernácula, quando de fato optei, por outra, também vernácula. E fi-lo por motivo estilístico válido e justificável. Portanto, consciente. Não decorre a eleição de ignorância ou desleixo.

Exemplifiquemos com o artigo de ontem (numero os pontos, para facilitar a identificação).

1. Página 12, 1ª coluna – Está “aguardar muito de sua cultura”, caso típico de gralha, porque só o verbo que lá estava – *guardar* – faz sentido. E, conseqüentemente o leitor repõe o original.

2. 2ª col., 1º § aberto aí. Vem *sanzala*, quando escrevi *senzala*. As duas formas da palavra, de origem africana, são portuguesas, mas *senzala* é a mais corrente, sendo a outra considerada variante, como se pode ver no chamado *Dicionário de Aulete*, excelente e português de Portugal (valho-me da 3ª ed., que é a melhor). Além disso, “casa grande e senzala”, como eu disse, lembra, e de propósito, um famoso livro de Gilberto Freyre, que tem precisamente esse título (e não *Sanzala*).